

mínimo para todos) além de corrigir a falha na Lei nº 3.189/99, sancionada em 4-10-99, onde não foi feito a qualificação da profissão, a que categoria pertencemos quem somos e que somos;

4. Reintegração imediata dos demitidos injustamente a exemplo de alegação que têm outro emprego, uma vez, que os editais não tinham essa exigência e as pessoas não tiveram o direito de fazer opções sendo demitidas sumariamente;

5. Garantia de que as coordenadoras e supervisoras terão de fazer exame de seleção como os ACS fizeram, deixar de ser cargo de confiança, evitando assim a indução das coordenadoras para que os ACS sejam obrigados a servir o político que a indicou sobre a ameaça de se não o fizer poderão ser demitidas;

6. Estabelecer data base de aumento salarial para toda a categoria a partir do aumento deste ano;

7. Uniformes exigidos pelas secretarias, serão gratuitamente por elas fornecidos e substituídos a cada seis meses;

8. Os ACS terão assegurado o direito de cumprir jornada de trabalho com horário flexível, podendo antecipar ou prorrogar o horário de entrada ou de saída por uma hora, inclusive flexibilidade para que os mesmos possam frequentar a universidade ou outro curso do seu interesse com o incentivo do órgão contratante;

9. A Secretaria Municipal de Saúde reembolsará custos com medicamentos utilizados pelos ACS que vier a sofrer acidente de trabalho, que seja portador de doenças ocupacionais ou qualquer outra doença mediante solicitação médica;

10. A Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitas ou qualquer outra Contratante não dispensará o ACS a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção das Associações, Federações e Confederações até 1 (um) ano após o final do seu mandato, caso seja eleito inclusive como suplente exceto se cometer falta grave (conforme a Constituição).

Contando com o apoio antecipamos agradecimento.

Brasília, 7 de junho de 2000. – Diretoria da ADACS, Assoc. dos Agentes C. Saúde. – Comissão Interestadual “ACS em Ação”

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dados estatísticos recentemente vindos a público e relacionados à participação dos idosos no mercado de trabalho brasileiro permitem variadas leituras que, por sua vez, apontam para aspectos tanto positivos quanto negativos. As informações constam do documento “Síntese dos Indicadores So-

ciais 1999”, de responsabilidade do IBGE, documento este de significativa importância para um melhor mapeamento da realidade nacional, nestes tempos de mudança profunda, no mundo inteiro, nas relações de emprego.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, um em cada quatro idosos do País, assim considerando o homem ou a mulher com mais de 65 anos de idade, exerce atividades trabalhistas regulares, aí não incluídas as esporádicas ou eventuais. Trata-se de trabalhadores ativos, envolvidos com tarefas remuneradas regulares e permanentes, o que equivale a dizer que eles vêm disputando os postos de serviço em condições de concorrência efetiva em um universo cada vez mais competitivo e, por definição, mais favorável aos jovens e adultos. Considerando que os maiores de 60 anos representam apenas 8,8% da população do País, é fácil inferir a desproporção nesse percentual se confrontado com os 25% da força de trabalho.

À primeira vista, Sr. Presidente, esses dados revelam um saudável engajamento dos mais velhos no panorama laboral brasileiro. Eles seriam a imagem nítida de uma sociedade que melhora seus índices de expectativa de vida, incorporadora de uma mão-de-obra de elevada faixa etária. Sucede que, segundo análises do próprio Instituto, a maioria desses idosos é composta de aposentados e pensionistas, que estariam às voltas com dificuldades financeiras decorrentes da baixa remuneração de suas aposentadorias. Assim, ao invés de estarem a usufruir, em caráter de inatividade, dos frutos de seus trabalhos de três, quatro ou mais décadas, vêm-se ao contrário propelidos à retomada da rotina do emprego constante e por vezes estafante, a fim de complementarem aqueles rendimentos.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se para muitos cidadãos, sobretudo aqueles longamente habituados ao exercício constante de afazeres trabalhistas, é altamente salutar a quebra da inércia e da ociosidade, para muitos outros essa ociosidade é encarada como um justo prêmio ou uma legítima aspiração à recompensa pelos esforços despendidos no decorrer de toda uma existência. É preciso considerar também que nem todo ócio é improdutivo, ao contrário propiciando o estímulo à criatividade em inúmeras áreas, a salvo das imposições e pressões geradas no âmbito do emprego tomado em seu sentido mais restrito. Nesse sentido, a idade avançada poderia ser o tempo da colheita, da abertura de novos caminhos pacientemente aguardados, caminhos esse também

ricos em realizações favorecedoras do indivíduo e da própria coletividade em que ele se inscreve.

Daí a conclusão compulsória do quanto lhes tem sido penoso e injusto, na perspectiva da volta forçada à atividade remunerada, o retorno ao universo extremamente disputado do mercado. Por outro lado, até pela rigidez da disputa que aí se estabelece, passam eles a lutar por espaços também pretendidos pelos quadros mais jovens e progressivamente numerosos, gerando clima de surda hostilidade que a todos prejudica.

Pode-se ressaltar, Sr. Presidente, que os espaços são ao mesmo tempo amplos e específicos, contemplando as variadas faixas etárias, o que resultaria em um equilíbrio social que irá sendo decantado à medida da sedimentação das camadas populacionais. Se a ressalva é válida, sabe-se que ela não é suficiente para o atendimento das crescentes demandas. Sabe-se também que o desemprego e o chamado mercado informal, com os níveis desproporcionais que os caracterizam no presente momento, longe estão de amenizar o fenômeno, contribuindo, ao revés, para agravá-lo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de par com os problemas aqui esboçados, resultantes dessa participação excessiva de idosos no cenário ocupacional do País, outro problema, ainda mais agudo, se bem que de menor visibilidade, permeia a questão. Ironicamente ele tem a ver, num jogo aparente de paradoxos, com a situação de abatimento físico e psíquico daqueles aposentados e pensionistas que se vêem excluídos do mercado. Aqui, não se trata apenas da necessidade de voltar a trabalhar, por efeito da insuficiente renda ou da não-aceitação da ociosidade. Trata-se de não se achar em condições ideais de fazê-lo, seja pela dedicação de certa forma exclusiva a um determinado mister ou especialidade, seja pela frustração de não poder exercê-lo no mesmo nível de prestígio e importância que antes caracterizavam. É que o processo de transformações socioeconômico-políticas, por vezes excessivamente rápido e radical, como que alijou ou descartou certas qualificações ou vocações, quando não passou a delas requerer adaptações e atualizações as quais os mais jovens melhor ajustam ao feito moderno.

É aí, Sr. Presidente, que se detecta um problema real de saúde pública, com o quadro nosológico das faixas etárias superiores apresentando sintomas de drasticidade, especialmente no que respeita ao estado depressivo. Os indivíduos aí vitimados se sentem atingidos pela sensação de inutilidade, preteridos em seus propósitos de reconstruir a vida e continuar a

ser úteis à coletividade para a qual tanto contribuíram. E isto passa a ser, para eles, o umbral da desesperança e do desespero, com todos os reflexos desastrosos que podem advir.

Os estudos em curso sobre a questão, cada vez mais perceptível, têm constatado sua maior incidência nos diversos níveis e esferas do funcionalismo público, em especial nos quadros pertencentes a órgãos estatais que passaram para o setor privado. À medida que a política de privatizações foi-se consolidando, dois aspectos do problema, isolados ou conjugados, assumiram nítida feição entre o corpo funcional. O primeiro deles tem relação com a mudança em si, isto é, com as diferenças inerentes à gestão pública e à particular. Nesse sentido, mesmo quando aproveitados no novo esquema, muitos servidores são alcançados por tais diferenças de enfoque administrativo, técnico e finalístico. O segundo aspecto relaciona-se com a opção, feita pela maioria deles, pelos programas de demissões voluntária, o que corresponde, não raras vezes, à antecipação da aposentadoria. Esta, mesmo que não desejada em nível profundo, ganha, em tal contexto, a condição de alternativa prioritária e até incontornável, pelos riscos embutidos nas mudanças.

O que se está a ver então, Sr. Presidente, é a emergência de uma numerosa comunidade de funcionários, muitos dos quais ainda relativamente saudáveis, aptos para o trabalho e detentores de cabedais de capacitação profissional, experiência e aspirações de realização de ideais particulares e solidariamente coletivos, a sofrer os efeitos perversos de uma exclusão até pouco tempo inconcebível. As repercussões de tal situação no âmbito familiar e social podem ser facilmente avaliados. E isso ocorre num país como o nosso, cujo pleno desenvolvimento, a que todos aspiramos, demanda a contribuição e a participação, no soerguimento dos alicerces de construção do seu futuro, de tantos brasileiros hoje mergulhados nas sombras da perda da auto-estima e do sentido de viver produtivamente, para o que se haviam preparado, com a empolgação, o brio e a abnegação que agora os abandonam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a experiência dos países mais prósperos e socialmente equilibrados nos convida a uma reflexão sobre o assunto. Tais países experimentam, em proporção bem maior do que o Brasil, nítidas alterações na sua composição populacional, com as faixas idosas aumentando vigorosamente seus percentuais nessa composição. Trata-se de fenômeno demográfico cada vez mais comum, na esteira da adoção de políticas de planejamento familiar, da melhoria da qualidade da existência dos avanços da ciência e, conseqüente-

mente, da elevação dos índices de expectativa de vida. Como o nosso País está também caminhando nessa direção, o que é motivo de regozijo para os brasileiros, é igualmente lógico que nos compete preparar-nos para as transformações que a nova realidade suscita. Muitas dessas transformações, que ocorrem com velocidade inusitada até recentemente, geram rebatimentos sociais também inusitados. Entre eles, incluem-se os problemas contidos neste pronunciamento, trazidos à luz pela recém-divulgada pesquisa do IBGE.

Faz-se imperativo diligenciar com vistas à abertura de novas alternativas para os aposentados e pensionistas atingidos pela política de privatização em curso no País. Eles constituem parcela expressiva da sociedade brasileira. Muitos deles estão sendo compelidos a retomar atividades que não mais constavam dos seus projetos de vida, por conta de circunstâncias que os apanharam de surpresa. Muitos outros, a despeito de suas qualificações nos mais diversos setores, nem mesmo estão tendo a oportunidade de recomeçar. E muitos outros ainda amargam a condição de aposentados precoces, em decorrência de sua adesão a programas que se lhes apresentaram quase que compulsoriamente.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Poder Público não pode ignorar a situação lastimosa em que se encontram tantos brasileiros. Algo deve ser feito no sentido de soerguê-los, de levantar-lhes o ânimo, de arrancá-los à depressão e à decadência, de convocá-los a contribuir, como vinham fazendo e podem fazer ainda por muito tempo, para a tarefa de desenvolver o País. Assim como foram criados programas eficientes para "enxugar" a máquina da administração pública; assim como foram estabelecidas vertentes de modernização para tantos serviços, órgãos e entidades; assim como se tem buscado, conquanto em ritmo ainda insatisfatório, o ajustamento nacional às resoluções que se operam nas relações de trabalho e emprego no mundo contemporâneo; assim como tal é a realidade que nos compete enfrentar com eficácia técnica e respeito aos superiores padrões humanitários, também é da nossa responsabilidade, especialmente na órbita dos Ministérios a que estão afeitas as questões aqui abordadas, encontrar fórmulas eficientes de abertura de oportunidades viáveis para essas numerosas parcelas de aposentados e pensionistas que resvalam para a ociosidade e a penumbra profissional.

Com a palavra a Administração Pública ligada à área social.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO PEDROSSIAN (PFL – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar registrado para os Anais desta Casa que muito me orgulha o trabalho social desenvolvido pela Destilaria Debrasa no Município de Brasilândia, no meu Mato Grosso do Sul.

O Grupo José Pessoa, do qual a Debrasa faz parte, prima pela preocupação com o social, beneficiando funcionários e membros da comunidade de Brasilândia.

Por meio do projeto Despertar para a Cidadania, a Debrasa recebeu o prêmio Top Social 2000, oferecido pela ADVB, e concorrendo com empresas como a CESP, Fundação Banco do Brasil, Petrobras, Coca-Cola e outros.

Deixo aqui os meus cumprimentos ao empresário José Pessoa de Queiroz Bisneto, engenheiro mecânico e administrador de empresa, que desta maneira mostra que pode unir uma administração moderna com justiça social, tendo no cidadão o seu alvo maior.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CAIO RIELA (Bloco/PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para demonstrar minha preocupação e de toda a população com a aprovação recente da alteração do Código Florestal na Comissão Mista, elaborada pelo Deputado Moacir Micheletto, o chamado Projeto Motosserra.

Todos nós sabemos das dificuldades por que passa o setor produtivo do País, principalmente o setor primário. Nossa principal preocupação é com a falta de uma política definida para o setor primário, que tem mantido este plano de governo.

Srs. Parlamentares, há diversos itens na Medida Provisória nº 1.956 que, em vez de beneficiar, prejudicariam a longo prazo o sistema produtivo.

Baseando-se em um modelo ambientalmente predatório, a atividade rural só trará mais prejuízos para ela mesma, como o assoreamento dos rios, a erosão dos solos e a desertificação, sem falar dos danos irreversíveis à biodiversidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, felizmente os líderes dos partidos e os representantes do Poder Executivo concordaram em adiar a votação do projeto de lei de conversão, que será, espero, totalmente reescrito a partir do trabalho da nova Comissão Mista a ser formada.

Precisamos garantir a proposta elaborada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA),